

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.506.414 - RJ
(2019/0142821-2)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-CNPQ
AGRAVADO : ÉRICA FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto contra acórdão cuja ementa é a seguinte (fls. 22-28, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CNPQ. INSCRIÇÃO NO SERASAJUD. DESCABIMENTO.

I. Em se tratando de execução fiscal, cujo regramento é específico, inaplicável a determinação judicial de inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes na forma do §3º do art. 782, do NCPC, tendo em vista que a parte exequente, ora agravante, dispõe do protesto da CDA, procedimento extrajudicial previsto pelo artigo 1º, parágrafo único, da Lei n.º 9.492/97 (modificado pela Lei n.º 12.767/2012), que deve ser efetivado sem a participação do Poder Judiciário.

II. Agravo de instrumento desprovido.

A parte sustenta, nas razões do Recurso Especial, violação dos arts. 139, 782, §3º, 797, do CPC/2015; 1º, da LEF; 1º, parágrafo único, da Lei 9.492/1997, pugnando, em suma, pela possibilidade de inscrever o devedor da Execução Fiscal no sistema Serasajud (fls. 31-44, e-STJ).

Decisão de inadmissibilidade às fls. 52-53, e-STJ.

Agravo interposto às fls. 57-62, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 28.10.2019.

A matéria em questão foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (REsps 1.809.010, 1.807.180, 1.807.923, 1.812.449 e 1.814.310, de Relatoria do Min. Og Fernandes) que cuidam do Tema 1.026/STJ com a seguinte definição: "possibilidade ou não de inscrição em cadastros de inadimplentes, por decisão judicial, do devedor que figura no polo passivo de execução fiscal".

Veja-se a ementa:

PROCESSUAL CIVIL. PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. ART. 256-I C/C ART. 256-E DO RISTJ, NA REDAÇÃO DA EMENDA REGIMENTAL 24, DE 28/09/2016. EXECUÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES POR DECISÃO JUDICIAL. MULTIPLICIDADE DE PROCESSOS NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. PARTICIPAÇÃO DE *AMICUS CURIAE*. ART. 138 DO CPC. ABRANGÊNCIA DA SUSPENSÃO. ART. 1.037, INC. II, DO CPC. PROPOSTA DE AFETAÇÃO ACOLHIDA.

1. **Delimitação da controvérsia: "Possibilidade ou não de inscrição em cadastros de inadimplentes, por decisão judicial, do devedor que figura no polo passivo de execução fiscal".**

2. Recurso especial afetado ao rito do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 256-I c/c art. 256-E do RISTJ, na redação da Emenda Regimental 24, de 28/09/2016).

3. Convite à Defensoria Pública da União - DPU, à União, ao Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP, à Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP, e à Associação Brasileira de Direito Processual - ABDPRO, para atuação como *amicus curiae*.

4. **Determinada a suspensão dos agravos de instrumento em trâmite nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, bem como dos recursos especiais e agravos em recurso especial, cujos objetos coincidam com o da matéria afetada.** As execuções fiscais podem continuar a tramitar regularmente, caso o exequente opte pela inscrição nos cadastros de inadimplentes pelos seus próprios meios.

5. Acolhida a proposta de afetação do recurso especial como representativo da controvérsia, para que seja julgado na Primeira Seção (afetação conjunta dos REsp 1.809.010, 1.807.180, 1.807.923, 1.812.449 e 1.814.310).

(ProAfR no REsp 1814310/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/09/2019, DJe 09/10/2019, grifou-se)

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual, isto é, a criação de mecanismo que enseje às instâncias de origem o juízo de retratação na forma dos artigos 1.039 a 1.041 do CPC/2015. Nessa linha:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MATÉRIA AFETADA PELA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA

EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...) 2. Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, **os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.** Precedente: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017.

3. Somente depois de realizada essa providência, a qual representa o esgotamento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

4. **De acordo com o entendimento do STJ, qualquer irresignação que tenha por objeto matéria tratada em recurso representativo da controvérsia deve ser devolvida aos Tribunais de origem para que exerça a competência que lhes foi atribuída pela Lei 11.672/2008.**

5. É irrecorrível ato deste Tribunal Superior que determina o sobrestamento de recursos a fim de se aguardar o julgamento do recurso representativo de controvérsia, já que desprovido de caráter decisório.

6. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.686.774/PE, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26.2.2018, grifou-se).

No mesmo sentido, recentes decisões monocráticas: EDcl no REsp 1.764.797/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 29.11.2018; TutPrv no REsp 1.737.903/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 19.11.2018.

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos 1.039 a 1.041 do CPC/2015, após a publicação do acórdão dos respectivos recursos excepcionais representativos da controvérsia:**

a) **denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou**

b) **proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator